

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANOTADO*

Prof. Dr. Cesar Luiz Pasold**

01. A OBRA SOB COMENTÁRIO

O livro sob apreciação tem por título CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANOTADO - segundo a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o selo da Livraria e Editora

OBRA JURÍDICA, Florianópolis, 1997, com 423 páginas, de autoria de ALEXANDRE ROSA.

02. O AUTOR

O jovem ALEXANDRE ROSA foi estagiário junto ao Cartório da 3ª Vara Cível da Capital Catarinense, foi assessor do atual Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses - Juiz César A.M. de Abreu, e também assessorou, sucessivamente, o Juiz Corregedor Auxiliar José Antônio Torres Marques e o Desembargador Orli Rodrigues. Colou Grau em Direito pela UFSC em janeiro de 1997, e atualmente é se-

cretário jurídico do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, prestando serviços ao gabinete do Corregedor Geral da Justiça, Desembargador João Martins.

ALEXANDRE ROSA é, pelo que se comprova em seguida, exímio pesquisador que - esperamos - haverá de receber sempre os necessários apoios, a fim de que não se interrompa tão promissora carreira científica.

03. PANORAMA DESCRITIVO E ANALÍTICO DO CONTEÚDO

A obra em questão principia com “Explicações Preliminares” do Autor, pelas quais são estabelecidas algumas características metodológicas e formais, bem como a precisa indicação do seu objetivo. Vê-se ali que o trabalho resulta de “pesquisa jurisprudencial efetivada nas decisões prolatadas pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, dispostas no

corpo do Código de Processo Civil, com o fim de facilitar a consulta e o manuseio dos operadores do direito”. (o destaque é nosso). Além disso, são fixadas as fontes principais, a saber: Revista Jurisprudência Catarinense (identificada pela sigla JC), Diário da Justiça Estadual (identificado com a sigla DJ), complementadas com exaustiva investigação junto aos “terminais de

* adaptação do texto da “Estante Jurídica 012”, do Jornal da CASSC-SC, julho, 1997.

** Doutor em Direito pela USP; Coordenador e Professor do CMCJ-UNIVALI.

computador e aos registros de julgados do referido Tribunal”, com menção de que “todas possuem a indicação da comarca de onde se originaram.”

Após o rol de abreviaturas e o sumário do CPC, encontra-se a “Apresentação”, de autoria do Desembargador João Martins, que, pela rara felicidade de seus termos, será, aqui e, em seguida, utilizada para aportes analíticos quanto à obra em questão, sob endosso explícito do autor do presente artigo.

Assim (p.19 e 20): “o trabalho é minucioso, denso e inédito. De ponta a ponta, o jovem autor anota o Código de Processo Civil, segundo a interpretação e aplicação que ao longo do tempo lhe vem dando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Magistrados de ontem e de hoje percorrem as páginas do livro, com votos que marcaram a posição de nossa inteligência juridicamente, muitas vezes sob a inspiração das luzes de grandes advogados. Nos erros e acertos, o imenso labor da Corte, sufocada pelos inconvenientes de um sistema insuficiente, é

retratado de modo exaustivo, considerando o universo pesquisado.”

E logo em seguida: “Merece registro especial o grau de atualidade da pesquisa”, prosseguindo: “As principais inovações legais introduzidas no Código de Buzaid a partir do ano de 1994 aparecem acompanhadas das anotações pertinentes, nos limites dos pronunciamentos existentes. Já são referidas as primeiras inclinações do Tribunal no tocante ao instituto da antecipação de tutela e ao novo regime de agravo e da ação de consignação em pagamento, entre outros.”

Aliás, o apresentante da obra, com muita acuidade, percebeu e registrou a “função social desta pesquisa” (o destaque é nosso), eis que a sua predição sobre o futuro do livro já está se concretizando, na prática, na condição de “instrumento de uso corriqueiro e precioso para todos aqueles que, de um modo ou de outro, encontram na jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina um manancial importante para o seu ofício”.

04. EM SÍNTESE

Trata-se de obra com ímpar valor prático, este exponenciado pelo seu potencial de utilização na vivência profissional do Operador Jurídico, seja pelo importante e efetivo conteúdo multitemático-jurisprudencial, seja pela sua formatação gráfica, esta última permitindo rápida e fácil localização dos artigos do CPC e das respectivas decisões colecionadas.

É obra de consulta obrigatória pelo Advogado no seu mister de elaboração de peças forenses, e de porte conveniente em audiências e sessões de julgamento.

E, sem dúvida, tem especial valor teórico na medida em que se constitui em material precioso como fonte para pesquisas acadêmicas na área temática adjetiva ou processual.